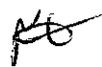
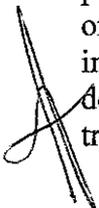


DNIT

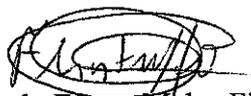
ATA DA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

No terceiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, com o início às dez horas e dezoito minutos, realizou-se a Centésima Décima Quarta Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na sala 13 do Gabinete do Diretor-Geral do DNIT, denominada Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, na Sede do DNIT em Brasília/DF, sob a Presidência do Senhor Fernando Fortes Melro Filho – Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MT, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta no livro de presença: Luciano de Souza Castro – Secretário de Gestão dos Programas de Transportes – MT; Herbert Drummond – Secretário de Política Nacional de Transportes – MT; Valter Casimiro Silveira – Diretor-Geral do DNIT; e Zarak de Oliveira Ferreira – Diretor do Departamento de Programas de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPOG. Compareceram ainda o Senhor Benedito Orlando Nava Castro – Auditor-Chefe do DNIT; e, como convidados, a Senhora Andrea Soares Barnez – Coordenadora de Obras Portuárias, da Coordenação Geral de Obras Aquaviárias do DNIT; e o Senhor André Cavalcante Moreira – Analista de Sistemas do Consórcio STE-FALCONI, responsável por executar serviços de assessoramento à Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do DNIT. Com relação ao **Item 1. Leitura, votação e aprovação da Ata da 113ª Reunião Ordinária do CA/DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No que concerne ao **Item 2. Apresentação sobre Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte – IP4, por parte da Coordenação de Obras Portuárias – COPORT**, o Presidente do Conselho passou a palavra à Coordenadora de Obras Portuárias, Senhora Andrea Barnez, a qual cumprimentou os presentes e disse que o motivo da apresentação se deveu a um convite efetuado pelo Conselheiro Herbert Drummond. Iniciou explicando que, no ano de 2004, foi criado um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria nº. 426 do Ministério dos Transportes, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2004, com o objetivo de planejar, coordenar e acompanhar a implantação dos Portos e Terminais Fluviais na região da Amazônia. Afirmou que essa tarefa foi repassada ao DNIT, por ser o braço executor das políticas de infraestrutura de transportes, o qual, com auxílio do Exército Brasileiro, levantou a situação portuária dos municípios amazonenses. Disse que, no ano de 2005, a Autarquia descentralizou os recursos para os municípios, momento a partir do qual iniciaram-se as obras. A palestrante esclareceu em seguida que essas estruturas eram denominadas “Portinho”, “Terminal Hidroviário” ou “Porto Fluvial”, porém, passaram a ser chamadas de Instalações Portuárias de Pequeno Porte – IP4, com a promulgação da Lei nº. 12.815, de 5 de junho de 2013, publicada na Edição Extra do Diário Oficial da União de 5 de junho de 2013, a qual dispõe sobre a exploração direta e indireta de portos e instalações portuárias pela União e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências. Continuando a explanação, a Senhora Andrea mencionou as Portarias Interministeriais nº. 05, de 04 de janeiro de 2015, a qual inclui o município de Óbidos/PA na relação de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte, e nº. 24, de 11 de maio de 2015, a qual aprova a relação de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte e estabelece diretrizes para a sua administração. Explanou que tais Portarias caracterizam, entre outros aspectos, as IP4 como estruturas constantes no Sistema Nacional de Viação – SNV, cujas operações são exclusivas para embarcações de navegação interior e se localizam fora da poligonal do porto organizado. A palestrante afirmou também que as áreas nas quais essas estruturas estão instaladas são compostas por noventa e três empreendimentos, dos quais oitenta e sete são do tipo IP4 e seis são denominadas “Orlas”. Elucidou que, das noventa e três Instalações, trinta e seis estão concluídas, vinte e cinco em etapa de obras e trinta e duas em fase de

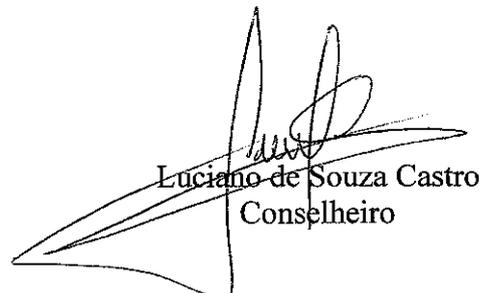


planejamento ou projetos. Dando prosseguimento, a Senhora Andrea disse que, apesar de os conceitos de obras e engenharia serem basicamente os mesmos, a solução projetada para um rio não necessariamente apresentará o mesmo resultado em outro rio, o que caracteriza a especificidade das obras e empreendimentos no modal hidroviário. Em seguida, exibiu alguns dos principais aspectos relacionados às construções hidroviárias e à infraestrutura necessária para implantação dos sistemas flutuantes, relatando a dificuldade de transporte de materiais e ferramentas de construção, o que implica em até vinte dias para implantação de alguns terminais. A palestrante afirmou estar bastante satisfeita com o resultado alcançado após a implantação das IP4 no que diz respeito à melhoria de vida e ao impacto social positivo para as comunidades circunvizinhas aos portos, muito embora conheça os diversos desafios enfrentados. Quanto à manutenção, asseverou que os portos requerem cuidados quase diários para não inviabilizar sua operação. Explicou, por exemplo, que é necessário remover madeiras e sedimentos os quais ficam presos sob as instalações e nos cabos de aço, principalmente no período de cheia dos rios. Disse que a severa restrição orçamentária pela qual está passando o país tem afetado negativamente a operação das IP4, as quais estão sendo mantidas com a metade do pessoal necessário para os trabalhos. Continuando, a Senhora Andrea exibiu fotos das instalações portuárias já finalizadas e em construção, de sua infraestrutura e das soluções encontradas para diversos desafios. Em seguida, exibiu indicadores financeiros relativos aos investimentos efetuados pelo Governo Federal, distribuídos em, aproximadamente, um bilhão de reais para construção das instalações, e noventa e cinco milhões para operação, entre os anos de 2005 e 2017. Apresentou gráficos demonstrando a queda do investimento orçamentário nos portos, ao longo desses anos, mas, em contrapartida, apontou o aumento da quantidade de IP4 instalados e em funcionamento para serem operados, mantidos e tratados na ocorrência de incidentes, com recursos financeiros insuficientes. Por fim, passou aos próximos *slides* para tratar da questão documental relativa às IP4. Afirmou que os órgãos de controle exigem, entre outros documentos, certificado de segurança da navegação, inscrição e registro do flutuante, licença ambiental, cessão de uso de terrenos marginais, uso do espelho d'água e autos de vistoria. A Senhora Andrea concluiu a exposição e agradeceu o convite e a oportunidade de apresentar esse assunto ao Conselho de Administração do DNIT. O Diretor-Geral comentou as tentativas de inserir essas instalações no Plano de Aceleração do Crescimento, inclusive por não haver condições, de acordo com o quadro atual, de manter uma equipe de funcionários maior para gerir as IP4. O Conselheiro Herbert Drummond parabenizou a Coordenadora pelos esclarecimentos e disse aos presentes que esse tema foi parte de um ciclo de palestras ocorridas no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o qual despertou seu interesse e, portanto, motivou o convite por considerar a relevância do trabalho desenvolvido e sua significância para ser conhecido pelo Conselho. Destacou que os valores apresentados parecem ínfimos quando comparados a grandes obras, mas reforçou as colocações da palestrante quanto à grande complexidade de operação e manutenção das obras aquaviárias. O Senhor Herbert registrou ainda que buscará o agendamento de uma reunião com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e com o Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, visando criar um grupo de trabalho voltado para as questões das IP4. O Conselheiro Luciano de Souza parabenizou a palestrante pela excelente contribuição trazida, afirmou conhecer bem os problemas da Região Amazônica e as dificuldades pelas quais passam os moradores. Além disso, aproveitou o ensejo e convidou a Senhora Andrea para apresentar esse trabalho na Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES. O Conselheiro Zarak Ferreira elogiou bastante a apresentação e solicitou cópia do material exposto para aprofundamento no assunto. Então, os Conselheiros decidiram que a Secretaria do Conselho de Administração disponibilizasse cópias da apresentação para todos os membros. O Conselho agradeceu a Coordenadora de Obras Portuárias pela presença e pelas informações prestadas. Em seguida, o Presidente passou à apreciação do **Item 3. Relatório Gerencial relativo à situação das recomendações dos órgãos de controle, elaborado pela**

Auditoria Interna do DNIT. O Auditor-Chefe do DNIT afirmou que há poucas demandas do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU destinadas ao DNIT, ressaltou, no entanto, que as existentes estão sendo atendidas a contento, do mesmo modo que as provenientes do Ministério Público da União e da Polícia Federal. Disse ainda que havia recebido, no dia anterior, o Relatório Final de Auditoria Anual de Contas referente ao exercício de 2016, contendo dezoito constatações e vinte e três recomendações. Assegurou ao Conselho quanto à inexistência de qualquer pontuação considerada grave sob a ótica do controle, como, por exemplo, apuração de responsabilidade de gestores ou devolução de recursos. Assinalou as recomendações relativas à gestão, à elaboração de normas e instruções de serviços e outras de menor relevância e passíveis de serem sanadas. Por fim, destacou que a falta de recursos orçamentários afeta a capacidade de resolução de algumas dessas demandas. Sem mais considerações a serem feitas acerca deste item, os Conselheiros agradeceram os esclarecimentos prestados e passaram ao **Item 4. Assuntos Gerais.** O Senhor Presidente questionou se algum Conselheiro tinha algum tema extra a discutir, ao que os presentes responderam que não. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às dez horas e cinquenta e sete minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária-Executiva do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Senhor Presidente e pelos demais Conselheiros.-----



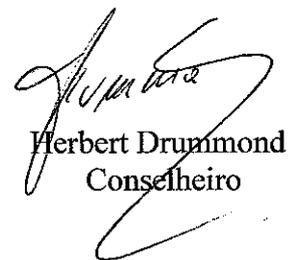
Fernando Fortes Melro Filho
Presidente



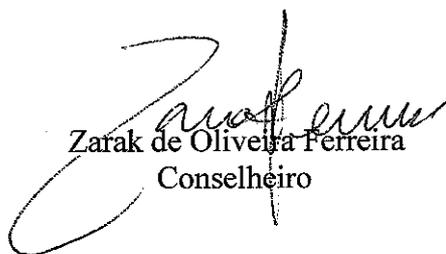
Luciano de Souza Castro
Conselheiro



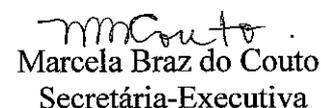
Valter Casimiro Silveira
Conselheiro



Herbert Drummond
Conselheiro



Zarak de Oliveira Ferreira
Conselheiro



Marcela Braz do Couto
Secretária-Executiva